

HERNÁNDEZ, Isabel. **Educação e sociedade indígena; uma aplicação bilingüe do método Paulo Freire.** São Paulo, Cortez, 1981. 111p.

Isabel Hernández relata uma experiência educativa desenvolvida no Chile a partir de 1972: o Programa de Mobilização do Povo Mapuche, que nasceu por iniciativa da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e foi concretizado pela participação ativa de organizações camponesas mapuches e não mapuches, contando, também com a colaboração e coordenação de instituições estatais de nível regional e nacional.

O Programa de Mobilização estava inserido em um processo político cujos dirigentes, na época, visavam instaurar uma democracia socializante que proporcionasse melhores condições de vida, trabalho e participação e garantisse os direitos do cidadão chileno, os quais vinham sendo solapados por uma sociedade fundamentada na injustiça.

As metas gerais de mobilização, segundo Hernández, "consistiram fundamentalmente em definir e aplicar coletivamente uma política de integração nacional do povo mapuche, moldada em um período de transição e de mudanças sociais mediante o estabelecimento de condições igualitárias de participação social e de dignidade humana" (p. 34-5).

Hernández mostra como os camponeses mapuches eram subjugados na sociedade de classes e submetidos a "discriminação específica motivada por sua diferenciação étnica" (p. 15), servindo esta discriminação como elemento justificador para o exercício das relações de sujeição/dominação. O Estado, por sua vez, vinha desempenhando um papel repressivo face às tentativas de afirmação da identidade mapuche diante da sociedade nacional, negando, assim, constantemente, a autodeterminação indígena.

Os mapuches vivem até hoje sob um regime espoliativo de comercialização, ocupando territórios exíguos, dos quais têm, em geral, o título de propriedade coletiva, embora trabalhem cada parcela de terra individualmente. A obtenção de crédito lhes é quase impossível, sendo também precário o acesso a meios de produção e a técnicas mais aperfeiçoadas.

O não índio é visto como "huika" (ladrão) pelos mapuches, o que se explica pela história da ocupação de seus territórios ("mel fun mapu", ou as nossas terras) pelos alienígenas. A difusão das normas e valores que garantem a manutenção da dominação é de tal modo eficaz que os "huika" pobres, identificando-se etnicamente com os grupos dominantes, também desprezam o índio, vendo-o da mesma maneira que os comerciantes, latifundiários e representantes do estado e desqualificando, como estes, suas manifestações culturais e ideológicas próprias.

O sistema educacional vinha, segundo Hernández, atuando a serviço dos propósitos hegemônicos do Estado e dos grupos dominantes, no sentido de imprimir diferenciações e, assim, acentuar a discriminação. Mesmo uma suposta atuação igualitária não atendia às diferenças étnicas com respostas diferenciadas, levando os diversos atores sociais a incorrer em relações discriminatórias.

Os programas de estudo e métodos de ensino, como diagnóstica Hernández, estavam divorciados da realidade sócio-cultural e das reais necessidades do educando mapuche e atuavam no sentido de reprimir, desclassificar e menosprezar as manifestações culturais indígenas. A postura autoritária dos professores, que se colocavam no centro das salas de aula e atuavam como agentes de aculturação, não permitia ao educando oportunidades reais de se expressar, inculcando-lhe hábitos de insegurança e subserviência.

A situação do estudante mapuche, inserido numa situação social e historicamente opressiva, agravava-se, então, pela diversidade étnica e lingüística. Estas dificuldades se tornariam ainda mais complexas pela carência de escolas, recursos humanos, financeiros e materiais didáticos nas áreas indígenas. O professor, ao colocar o estudante em permanente conflito de identidades que "o atraem e o rechaçam alternativamente", tornava-o interiorizado no processo educativo. (p. 31)

O Programa de Mobilização do Povo Mapuche articulou três instâncias mobilizadoras e, como conseqüência do dinamismo de cada situação, implementou subprogramas articulados aos de investigação aplicada e desenvolvidos com vistas a responder às reivindicações, capacidades e manifestações criativas do povo mapuche.

O Programa I de Mobilização Cultural propunha a unificação de esforços e recursos de organizações camponesas e instituições do governo popular, com o fim da alfabetização bilingüe de dez mil analfabetos mapuches. Foi desenvolvido, para isso, o método de bialfabetização, baseado em símbolos e palavras geradoras, selecionadas com o intuito de motivar uma reflexão capaz de despertar um conhecimento transformador. Nas palavras geradoras, em número de onze, em espanhol e mapundungún (língua da terra), estão contidas todas as letras de ambos os alfabetos. Os temas deveriam surgir com as proposições dos participantes e recomendava-se que a discussão e a maior parte do curso fossem realizadas em mapundungún, encarando-se o uso da língua mapuche como instrumento de afirmação étnica e de enriquecimento da cultura nacional.

Os monitores, previamente capacitados, preparavam os bialfabetizadores, que trabalhavam em contato direto com os alfabetizandos. Eram constituídos, assim, os "centros de trabalho e cultura", que debatiam permanentemente as bases de uma nova política cultural e educacional indígena. As manifestações espontâneas eram canalizadas, pelas instâncias niveladoras do programa, para grupos teatrais, musicais, e outros meios de comunicação e expressão (como jornais mapuche), ou, ainda, para a constituição de equipes de esporte. Todos

os estudantes mapuches que tivessem completado a educação primária tinham acesso a cursos de capacitação técnica, podendo assim tornar-se tratoristas, horticultores, assistentes de saúde rural, avicultores, artesãos etc. A nova política cultural e educacional indígena era também objeto de discussão constante nos centros de capacitação técnica.

Visava-se, ainda, nos centros de alfabetização e capacitação, a constituição de unidades de produção, articuladas às instituições do governo popular, como o Instituto de Desenvolvimento Indígena e outras instâncias de planificação, acionadas conjuntamente com as associações de base dos trabalhadores.

O Programa de Mobilização era vinculado ao processo geral de mobilização e participação popular no Chile. Sua completa viabilização apenas se tornaria possível com a adequada formulação e execução de uma política geral de reforma agrária, que levaria à reorganização e ao agrupamento cooperativo das comunidades e possibilitaria a restituição das terras usurpadas e a entrada do mapuche nas novas unidades de produção. Tal necessidade viria justificar a implementação do Programa II de Mobilização para o Desenvolvimento Produtivo, que visava incrementar um novo tipo de organização da produção e novas relações de comercialização.

Por outro lado, uma política de reforma agrária e de desenvolvimento produtivo, assim como uma nova política cultural, não seria possível sem o incentivo à auto-organização social do povo mapuche e sua integração às organizações de trabalhadores e às instituições nacionais, para que fossem criadas "as bases de sua auto-representação econômica, política e cultural em uma nova sociedade de profundas modificações". Com estes objetivos, foi implementado o Programa III de Mobilização Organizacional, (p. 43)

A supervisão técnica dos monitores e o controle metodológico de centros-pilotos de bialfabetização estiveram a cargo dos representantes da Escola Latino-Americana de Sociologia, que, no entanto, não desempenhavam funções de coordenação. Cabia aos pesquisadores a

tarefa de realizar uma análise crítica e a elaboração de procedimentos técnico-pedagógicos de investigação, capazes de permitir a utilização de método aplicado como instrumento de reflexão para o conhecimento mapuche e o aperfeiçoamento do Programa, tanto em termos imediatos quanto futuros.

Como a investigação, dentro do Programa, assumia um caráter operativo, advindo das necessidades orientadas pela práxis social, seus pressupostos teóricos estavam sujeitos à retificação permanente. Cabia aos próprios interessados empreender a pesquisa como uma prática política de tomada de consciência dos problemas coletivos e de busca de solução para esses problemas.

Nas palavras de Isabel Hernández: "O povo mapuche se transformava, assim, de um objeto tradicional de investigação, tomando a si mesmo como objeto de conhecimento, para transformar ele mesmo suas condições de existência social". (p. 41)

O papel dos investigadores da Escola Latino-Americana de Sociologia, neste sentido, foi o de auxiliar a planificação, elaborar o material didático, propor metas e procedimentos gerais, articular os níveis de programação, formular instrumentos de investigação e ação, avaliar sistematicamente o programa, formular os fundamentos para uma nova política cultural e educacional indígena e fornecer subsídios à política indígena do governo popular.

No processo político de mobilização vivido no Chile no início da década de setenta, os mapuches, desde suas bases, puderam participar ativa e

organizadamente da tentativa de democratização do país e tiveram a oportunidade de discutir um projeto de lei sobre indígenas, formulado pelo poder executivo. A Confederação Nacional de Associações Regionais Mapuches — criada durante o governo democrata cristão, que reunia as diversas tendências políticas - participou da implementação do Programa de Governo da Unidade Popular, fortalecendo-se neste período.

A partir de agosto de 1973, o Chile viveu momentos de tensão social, com reflexos sobre o Programa de Mobilização do Povo Mapuche, atingido duplamente por grupos - entre eles o PAMACH (Partido Mapuche do Chile), da ultradireita - e setores que visavam desagregar o governo da Unidade Popular e destruir todos os seus projetos.

Outros fatores que contribuíram para a desmobilização do programa, segundo Hernández, foram a discriminação racial, a burocracia estatal, a burocracia no interior das organizações trabalhadoras e o pluripartidarismo da Unidade Popular, pois a luta pela hegemonia entre as diversas correntes políticas manifestava-se inclusive no interior das organizações camponesas e indígenas.

O golpe de Estado, em setembro de 1973, esfacelou o movimento, incidindo também sobre a organização do povo mapuche. Mas o sonho não acabou. A experiência vivida delineou os caminhos para a concretização das aspirações da participação social dos grupos indígenas. Como indica Isabel Hernández, elas ainda estão vivas e, apesar do obscurantismo que impera no Chile, despertarão. (Priscila Faulhaber Barbosa)